

## **Resistência e cumplicidade na busca por legitimidade discursiva: o sentido comunitário na interação entre lideranças e o poder público<sup>1</sup>**

Jessica Antunes CALDEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, MG

### **Resumo**

O artigo investiga as nuances do sentido comunitário invocado pelas lideranças que integram a Comforça (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo) da Regional de Venda Nova na busca por legitimidade discursiva. Para isso, realiza-se uma análise do “lugar de fala” (BRAGA, 2000) do grupo na interação com o poder público municipal de Belo Horizonte em um fórum mensal do programa Orçamento Participativo. Na reflexão sobre esse processo de comunicação pública marcado por tensões, propõe-se articulá-lo à dinâmica de resistência e cumplicidade (MARTÍN-BARBERO 1989) que o engajamento político das culturas populares pode assumir na América Latina. Por meio da análise, constatou-se contradições entre o objetivo institucionalmente declarado do fórum e sua efetividade na visão dos representantes das comunidades.

**Palavras-chave:** legitimidade discursiva; sentido comunitário; culturas populares; lugar de fala.

### **1 Introdução**

Este artigo busca compreender de que forma se dá a construção de sentido comunitário nas interações promovidas num fórum caracterizado pelo engajamento popular de lideranças de Venda Nova com o poder público de Belo Horizonte (BH) e qual a relação desse processo com a cultura popular latino-americana.

Inicialmente, o grupo politicamente engajado é apresentado – a Comforça (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo) de Venda Nova – juntamente com o fórum institucional caracterizado pela Prefeitura de BH como um espaço de participação cidadã. Então, problematiza-se o dilema da representação informal das lideranças que integram o grupo na defesa dos interesses da Regional e propõe-se uma saída para o problema via legitimidade discursiva. Em seguida, a perspectiva teórico-conceitual adotada explora a produção de sentido comunitário presente no processo comunicativo em articulação com cultura popular dos sujeitos em interlocução. Na abordagem desta faceta da comunicação pública, propõe-se uma reflexão sobre a dinâmica

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do curso de Comunicação da UFMG, email: [uai.jessica@gmail.com](mailto:uai.jessica@gmail.com).

de resistência e cumplicidade que o engajamento popular na política pode assumir nas culturas populares da América Latina de acordo com Martín-Barbero (1989).

Para isso, realizou-se uma análise da interação que ocorreu em um dos fóruns mensais da Comforça entre lideranças e o poder público, utilizando-se como operador analítico o conceito de “lugar de fala” (BRAGA, 2000), apropriado para a compreensão de produtos culturais desse tipo. O percurso permite explicitar, a partir das interações discursivas, como se materializa o esforço de construção de sentido comunitário e algumas contradições que aparecem no contexto do caso estudado.

Assim, questiona-se sobre como o sentido comunitário invocado pelas lideranças da Comforça de Venda Nova na interação com a Prefeitura de BH dizem da cultura popular latino-americana?

## **2 Comforça de Venda Nova e o fórum institucional de participação popular**

Neste artigo, será analisada a interação discursiva que ocorre em um dos fóruns institucionais que integra o programa Orçamento Participativo (OP) de Belo Horizonte (BH): a reunião mensal da Comforça de Venda Nova. De acordo com Avritzer (2002), essa comissão é um órgão instituído oficialmente pelo OP de BH com o intuito de representar e apresentar o ponto de vista das comunidades no interior da administração. Entre as funções da Comforça, destacam-se o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária e do calendário de obras, bem como o detalhamento ou substituição, das obras definidas, a partir da escuta das comunidades (FARIAS, 1996 *apud* AVRITZER, 2002).

Em Venda Nova, a Comforça é um grupo grande. Conta atualmente com cerca de 60 integrantes (entre titulares e suplentes). Em estudo sobre experiências institucionais de participação na democracia brasileira, Venda Nova é apontada como uma região de destaque em BH por possuir, ao lado do Barreiro, “tradição de organização comunitária mais forte” (WAMPLER; AVRITZER, 2004, p. 227).

Compreende-se a comunicação pública que ocorre no fórum institucional da Comforça como processo que envolve a interlocução entre poder público e cidadãos (PIMENTA, 2015)<sup>3</sup>. Esta dimensão da comunicação pública abrange tanto as estruturas e

---

<sup>3</sup> Laura Pimenta destaca, entre as múltiplas dimensões da comunicação pública que podem ser encontradas na literatura, três para tratar do cenário de gestão compartilhada da Prefeitura de Belo Horizonte: (a) comunicação do poder público “para” e “com” os cidadãos; (b) comunicação pública como espaço de circulação estratégica de temas de interesse público; (c) comunicação constituída no espaço público e veiculada pela (ou para) a opinião pública (PIMENTA, 2015, p.22).

práticas relativas à responsabilidade do poder público em se relacionar com a sociedade civil, quanto o estabelecimento de interações institucionais entre o governo e os públicos. Sobre as especificidades das interlocuções ocorridas no sistema de gestão compartilhada<sup>4</sup> como é o caso da Comforça, Pimenta (2015) ressalta que as interações são revestidas de institucionalidade e se conformam ao desenho dos espaços de participação (PIMENTA, 2015).

A reunião mensal da Comforça está prevista no Programa OP de Belo Horizonte nas nove regiões administrativas (Regionais) que compõem o município. O objetivo do encontro é permitir que o poder público municipal preste contas à população, por meio das lideranças que a representam, sobre o andamento do OP. A criação e condução desse fórum mensal em cada uma das Regionais da cidade é um interesse do Executivo municipal. De acordo com o site da Prefeitura de BH, o fórum é uma das iniciativas para a consolidação da participação popular e cidadã, com vistas a “priorizar investimentos em áreas, ou a favor de grupos, que estiveram historicamente privadas de benefícios” (GESTÃO COMPARTILHADA, 2014). Mas como se conforma esse fórum de participação popular?

Em Venda Nova, o encontro atualmente acontece na segunda quarta-feira do mês, às 19h, na sede da Regional. Previamente, a respectiva Gerência de OP liga para cada membro da Comforça para lembrá-lo de participar. Ao chegarem ao local, os participantes podem fazer um lanche que fica disponível fora da sala onde ocorre a reunião, que é pública. Antes de entrar, um funcionário público toma a assinatura de cada participante numa lista de presença e entrega a ele o Relatório de Empreendimentos do OP da Regional impresso<sup>5</sup>. Muitos participantes gostam de chegar mais cedo para conversar e fazer articulações tanto com os colegas da comissão quanto com funcionários da Prefeitura.

Em relação à disposição dos participantes, os funcionários da Prefeitura e os membros de empresas executoras das obras se localizam na frente da sala, equipada com uma mesa grande e com tela para projeção multimídia. Na parte posterior, ficam distribuídas carteiras enfileiradas, que são ocupadas pelos membros da Comforça (conforme imagem 1).

Imagem 1: Reunião da Comforça de Venda Nova no dia 8 de abril 2015, vista pela frente e pelo fundo, respectivamente.

---

<sup>4</sup> Modelo de gestão que preconiza a atuação conjunta entre Estado e sociedade civil, adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte, entre outros (PIMENTA, 2015, p. 33).

<sup>5</sup> O documento traz uma extensa tabela padronizada, na qual a situação de cada obra é sintetizada.



Fonte: Produzido pela autora.

Quanto ao formato, normalmente a Gerência do OP destina o primeiro momento da reunião à pauta produzida pela Prefeitura. Já num segundo momento, é aberto um espaço para os membros da Comforça que desejarem se pronunciar. Importante destacar que quando muitas pessoas manifestam interesse em falar, as falas são organizadas pela ordem de inscrição e limitadas a três minutos por pessoa. A apresentação verbal do *status* de cada empreendimento é feita de forma muito rápida e simplificada. O Gerente da Regional praticamente lê o conteúdo projetado e, às vezes, faz algum comentário explicativo, dirigindo-se pessoalmente à liderança que representa a comunidade em questão. Normalmente, uma imagem ilustra cada *slide*, mesmo que seja um mapa nos casos dos empreendimentos estão na fase de projeto.

### **3 Legitimidade discursiva: uma saída para o problema da representação informal**

Institucionalmente, os membros da Comforça são eleitos no Fórum de Prioridades Regionais, etapa importante do OP. Assim, algumas dezenas de pessoas que integram a comissão são responsáveis por representar os interesses dos 262.183 habitantes<sup>6</sup>, distribuídos nos 42 bairros da Regional de Venda Nova, no exercício do controle social do OP. Entretanto, uma vez constituída a comissão, o programa não prevê momentos formais para esses representantes da Regional prestarem conta do andamento do programa às comunidades. Como seria possível, portanto, legitimar tal representação do ponto de vista mais informal da participação popular?

Lavalle, Houtzager e Castello (2006) problematizam alguns dos dilemas acerca da representatividade ao tratar da abertura do poder Executivo à participação de organizações civis investidas juridicamente como representantes de determinados interesse e segmentos da população. Para eles, um dos motivos de ressalva a essa representação política é

---

<sup>6</sup> Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

exatamente a inexistência ou precariedade de mecanismos obrigatórios de sanção e controle (*accountability*) entre representantes e representados (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

Esse tipo de representação política pode ser vista, de acordo com Saward (2006), como um processo dinâmico no qual os atores reivindicam agir em nome de grupos frente a uma determinada audiência. O teórico propõe o conceito de reivindicação representativa<sup>7</sup> (tradução nossa), chamando atenção para a importância de perceber que os sujeitos em interação recebem tais reivindicações, negociando e respondendo de diferentes maneiras. Trazendo para as reuniões mensais da Comforça, as lideranças fazem essas reivindicações representativas, afirmando atuar em nome dos interesses das comunidades da Regional de Venda Nova durante a interação com o poder público municipal, o que incidirá sobre as providências que serão ou não tomadas a respeito de cada empreendimento do OP.

Ao investigar o problema da legitimidade da representação política não eleitoral (informal), Maia (2012) aponta uma possibilidade para solucioná-lo. Defende que é principalmente na interação discursiva que a legitimidade pode ser encontrada. Para a autora, a legitimidade discursiva pressupõe o confrontar o grupo que reivindica representar a coletividade e outros grupos de um público mais amplo que também são afetados pela causa em questão, como é o caso da Prefeitura de BH. Assim, argumenta que o engajamento discursivo ajudaria os representantes a considerar as consequências de suas ações, modificar as suas posições em resposta ao conhecimento adquirido através dessas interações, e, eventualmente, alterar as suas preferências. E mesmo se os interlocutores em negociação não mudarem seu pensamento, a justificação discursiva pode levar a mudanças nos resultados e produzir soluções alternativas que não tinham sido pensadas com vistas aos interesses inicialmente representados (MAIA, 2012, p. 435-437).

Como essa busca das lideranças da Comforça de Venda Nova por legitimidade discursiva na representação dos interesses da Regional se apresenta no fórum popular?

#### **4 O recurso ao sentido comunitário no discurso legitimador**

Na interação da reunião mensal estudada, é possível notar a recorrência do apelo ao sentido comunitário no discurso legitimador. Nesse sentido, Henriques (2012) chama a atenção para um aspecto específico de grupos que buscam representar comunidades e defender interesses identificados como comuns. Embora enfrentem problemas semelhantes

---

<sup>7</sup> *Representative claim.*

aos de outros tipos de organizações em termos de aceitação e legitimidade, eles têm a necessidade particular de sustentar o seu sentido comunitário para a mobilização social em torno das causas que representam (HENRIQUES, 2012). Na Comforça de Venda Nova, nota-se com frequência o apelo das lideranças a um sentido comunitário para fazer com que suas reivindicações de representação (SAWARD, 2006) em nome das comunidades da Regional sejam mais facilmente aceitas como legítimas na interação discursiva com o poder público.

Para Henriques (2012), tal sentido não é dado, mas se constrói no compartilhamento contínuo de interesses, valores e responsabilidades com os quais pessoas e grupos possam se identificar. “O sentido comunitário é um esforço de construção permanente que envolve intensa comunicação entre sujeitos e grupos e que tem de ocorrer tanto no âmbito institucional, como também nas redes de convívio e sociabilidade cotidianas” (HENRIQUES, 2012, p. 141).

Mas de que maneira essa comunicação pública peculiar que ocorre no fórum mensal da Comforça de Venda Nova pode ser pensada em articulação com as culturas populares na América Latina?

## **5 Participação popular na América Latina: trama entre resistência e cumplicidade**

Jesús Martín-Barbero (1989) propõe repensar conceitualmente o campo da comunicação como constitutivo das culturas. Assim, o sentido das práticas comunicativas é relacionado aos movimentos sociais mediante uma localização histórica. O autor percebe tanto na teoria quanto na ação política na América Latina o deslocamento da atenção até as zonas de tensão que apresentam a dominação na realidade histórica peculiar de cada formação social. (MARTÍN-BARBERO, 1989, p. 88). Nessa ótica, a cultura popular é considerada por Martín-Barbero (1989) como lugar estratégico marcado pela negociação e luta dos sujeitos na produção dos sentidos.

Na mesma linha, Angel Rama (1984) enxerga a América Latina como corpo trabalhado por paradoxos, espaço de uma luta ideológica, cultural e social. Para Rama (1984), a educação letrada, em detrimento da oralidade predomina nas culturas populares latino-americanas, é uma imposição com o objetivo de perpetuar a ordem, isto é, a hierarquia socioeconômica e cultural. Segundo o crítico literário, essa valorização da palavra escrita é antiga, e vem desde os tempos de colônia, quando os representantes da



metrópole e seus descendentes atuavam para a manutenção do poder das classes dominantes. Esta tarefa da “cidade letrada” – metáfora do autor para tratar da elite socioeconômica – seria cumprida por meio das instituições como o Estado e seus órgãos, como é o caso da Comforça. Afinal, por meio do fórum a Prefeitura de BH toma conhecimento das reivindicações populares ao mesmo tempo em que amplia as próprias possibilidades de controle desse público tradicionalmente organizado e engajado politicamente.

Sobre o complexo processo comunicativo que se dá na cultura popular, Martín-Barbero (1989) apresenta uma chave para a compreensão da atividade entre dominantes e dominados. Defende que na América Latina é possível entender o popular a partir de uma dinâmica que envolve a cumplicidade e a resistência. Assim, embora pareça paradoxal, a ideia é que os dominados ora atuariam enquanto cúmplices da dominação, ora enquanto sujeitos de decodificação e réplica aos discursos dominantes, portanto, com resistência. Nesse espaço de luta, como o fórum da Comforça, não há lugares dados e definitivos dos sujeitos, mas eles se fazem e modificam de forma dinâmica na interação, variando entre a cumplicidade e a resistência.

Essa ideia remete ao conceito gramsciano da hegemonia trabalhado por Blanco (2000) ao pensar o popular e a possibilidade de uma crítica política. Para o autor, a hegemonia, compreendida como um mecanismo de dominação social via consenso, sem recorrer à coerção, é um processo que se modifica e recria continuamente. Por isso, promove temporariamente um equilíbrio frágil e precário que só se mantém sob a condição de incorporar e neutralizar as práticas que podem colocá-la em xeque. Assim, a cultura popular, ainda que esta seja limitada pelas pressões hegemônicas que tentam reduzi-la, por outro lado, manifesta elementos ativos, independentes e originais e encontra formas alternativas. O autor afirma que “a cultura popular atua como forma erosiva, que ameaça desde dentro (tradução nossa)” (BLANCO, 2000, p. 41). Dessa forma, pensar o popular pelo viés da hegemonia requer considerar tensões que constituem os lugares nos quais a produção de sentido ocorre.

Conceber o processo comunicativo considerando a dinâmica de resistência e cumplicidade é uma ruptura fundamental para a forma de entender o Estado, porque considera as contradições enfrentadas pelo poder público ao intervir na vida cotidiana e a politização das esferas sociais populares. Assim, rompe com a visão de Estado

exclusivamente a serviço da classe dominante, para enxergá-lo como lugar de luta e de conflitos específicos nas relações de poder. (MARTÍN-BARBERO, 1989, p. 88).

## **6 Metodologia: análise da interação discursiva a partir do lugar de fala**

Para captar as peculiaridades do sentido comunitário presente no discurso legitimador e articulá-los à cultura popular latino-americana, será feita uma análise da interação que ocorre na reunião mensal que reúne a Prefeitura de BH e as lideranças da Comforça de Venda Nova. O conceito de “lugar de fala” proposto por José Luiz Braga (2000) será utilizado como operador analítico por permitir uma aproximação mais concreta no estudo de produtos culturais, como é o caso desse fórum institucional para participação popular.

Braga (2000) enfatiza que é necessário apreender o produto cultural em seu aspecto de enunciado para que ele mantenha sua relevância com objeto empírico de observação. Portanto, os enunciados serão considerados “não como ‘comentários’ à parte, que se agregariam a, ou complementariam uma situação social organizada fora de toda a fala. Ao contrário, fazem parte constitutiva da situação” (BRAGA, 2000, p.161-162) e, portanto, são constituintes da realidade.

Parte-se da premissa de que “toda fala necessariamente faz sentido em algum lugar, segundo uma determinada ótica, relacionado a uma inserção específica em uma situação concreta, historicamente dada” (BRAGA, 2000, p.163). Segundo o teórico, o “lugar de sentido” se constrói na trama entre três elementos que serão abordados de modo especial na análise: a própria fala como dinâmica selecionadora e atualizadora de ângulos disponíveis e construtora da situação interpretada, a intertextualidade disponível e a situação concreta com que a fala se relaciona.

### **6.1 Categorias de análise**

As categorias a seguir serão utilizadas na análise para captar de que maneira o sentido comunitário se configura nas falas das lideranças da Comforça de Venda Nova:

- a) Interesse coletivo: apelo ao interesse coletivo das comunidades representadas pelas lideranças. Traduz-se por expressões como os pronomes “nós”, “nosso(a)”; temos como “a gente”, “a associação”, “o povo”; o uso de verbos na terceira pessoa; etc.;
- b) Mobilização social: tentativa de convocar os colegas da Regional de Venda Nova para lutar pelas causas de suas comunidades e não desanimarem;



- c) Linguagem popular: uso de uma linguagem que recorre a gírias, expressões e ditados populares a fim de reafirmar a própria identidade cultural no grupo.

## **7 Análise**

Como o interesse maior é compreender as contradições que emergem em torno do sentido comunitário invocado pelas lideranças, o recorte desta análise prioriza o momento em que esses interlocutores se manifestam na reunião pública realizada dia 8 de abril de 2015. O encontro contou com cerca de 40 lideranças da Comforça, o que pode ser considerado pela Prefeitura uma convocação bem sucedida. A pauta era composta por dois tópicos: assuntos gerais e a tradicional atualização do relatório do OP.

### **7.1 A própria fala**

O primeiro elemento que se destaca nesta análise é a própria fala das lideranças da Comforça de Venda Nova, que atualizam as perspectivas disponíveis na interação. Entre as nove pessoas que se inscreveram, houve tantos pedidos de esclarecimentos sobre o *status* do empreendimento e início das obras; quanto saudações ao novo Gerente de OP da Regional e agradecimento pelo apoio do poder público em um episódio de alagamento. De modo geral, percebe-se nos temas tratados o apelo ao interesse coletivo para sensibilizar o poder público da necessidade que as comunidades têm de implantar os empreendimentos do OP. Também há, em menor proporção, falas que parecem apoiar a Prefeitura e incentivá-la.

Nessa esteira, a fala a seguir, por exemplo, questiona a falta de ação da Prefeitura diante de um imóvel abandonado. De acordo com a liderança, o “barraco” estaria colocando em risco a segurança da comunidade:

“Lá [no bairro da liderança] tá uma coisa de horror. Tá caindo a cerca. Tá entrando gente. Tá fazendo festa lá. Sexo. Tudo. Enquanto as crianças tá passando lá, vem de Venda Nova ... tudo tá passando lá. Os cara lá de madrugada quebrou as lâmpada. [...] Eu queria saber como vai ficar aquilo lá para nós moradores, as crianças de lá. Por que está um negócio de horror. E o pessoal vai invadir lá.” (Representante do Território de Gestão Compartilhada VN3)

Essa manifestação oral foi objeto de uma réplica de um funcionário da Prefeitura, que se justificou dizendo que foi até o local para solucionar o problema, mas não foi possível. O representante da região VN3 retruca, num tom que mistura ironia e humor: “Ah, então tem que levar [o problema da comunidade] no ‘banho maria’. Deixar eles entrando, fazendo e acontecendo”. Percebe-se no discurso que além apelar ao interesse coletivo de “nós moradores”, a liderança busca a identificação por meio da linguagem popular

empregada. Utiliza expressões informais, como o termo de duplo sentido “levar no banho maria”, que aqui quer dizer que a Prefeitura está “enrolando” as comunidades da Regional e vocábulos que marcam uma oralidade localizada espacial e socialmente, normalmente associada às periferias, como a expressão “os cara”. Diante da resposta formal do poder público, a liderança resiste de forma original, respondendo com humor e com termos próprios que a identificam com a cultura popular de seu grupo. É, portanto, um lugar de fala que invoca o sentido comunitário para desacreditar o discurso do poder público. Essas tensões explicitadas na linguagem remetem às disputas hegemônicas por dominação (BLANCO, 2000) que perpassam essa interação discursiva e estão relacionadas à cultura dos sujeitos em comunicação, de acordo com Martín-Barbero (1989).

### **7.2 Intertextualidade<sup>8</sup>**

Sabe-se que as falas analisadas não são inaugurais, mas se constroem na interação fazendo referência a uma rede intertextual presente naquela cultura, conforme pontua Braga (2000). No segundo aspecto da análise, referente à intertextualidade, é importante relacionar o lugar de fala assumido pelas lideranças da Comforça de Venda Nova em interação com outros textos que também são convocados nestes enunciados.

É preciso entender que as falas das lideranças emergem em resposta à apresentação do andamento do OP na Regional. Portanto, fazem referência às falas e documentos produzidos deste lugar institucional assumido pelo poder público. A manutenção de um espaço de interlocução como o encontro da Comforça é justificado pela Prefeitura de BH sob o argumento de uma gestão compartilhada (teoricamente com as esferas populares) que prioriza áreas e grupos excluídos. A análise dos enunciados, porém, mostra uma realidade oposta do ponto de vista do lugar de fala das lideranças, como é possível observar:

“Agora eu peço a você, [novo Gerente de OP da Regional], em nome de todas as pessoas, pra você continuar tratando o povo de Venda Nova com carinho e com respeito. [...] Ninguém fez obra não. A Prefeitura de BH não liberou obras pra bairro nenhum. Fez na Antônio Carlos, na Cristiano Machado e tantas outras [avenidas]. Mas em Venda Nova, infelizmente, deixou a desejar. Não por culpa do [ex-Gerente de OP da Regional] e de equipe. Com certeza, ninguém está aqui para jogar pedra. Concorde comigo? Porque quem faz obra não é Gerente de OP, quem dá carta, quem manda fazer, é o Executivo que é a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e juntamente com a Câmara Municipal de BH.” (Representante do Território de Gestão Compartilhada VN2).

---

<sup>8</sup> Entende-se neste artigo intertextualidade como as referências feitas pelas falas a outros textos que, de um modo amplo, abrangem as mais variadas formas textuais da cultura, sejam verbais, impressos, radiofônicos, televisivos, etc.

Nesse exemplo, o sentido comunitário pode ser percebido no apelo ao interesse coletivo “em nome de todas as pessoas” e da identificação pela linguagem popular, tanto com expressões como “dá carta” no sentido de mandar ou “jogar pedra” significando julgar, quanto pelo jeito interpelativo de falar.

Nessa fala, a cumplicidade se expressa no modo como o interlocutor releva a culpa dos agentes públicos, como se não fossem todos funcionários da administração municipal. Porém, a liderança faz questão de mostrar resistência em seu lugar de fala ao denunciar que a Prefeitura tem priorizado grandes obras com maior potencial de dar visibilidade midiática em detrimento daquelas que as comunidades da Regional de Venda Nova elegeram e aguardam há anos no Orçamento Participativo. Assim, a fala recupera as notícias da atuação da Prefeitura veiculadas pela mídia, a situação concreta vivida por eles e a própria história de participação dessas lideranças.

### ***7.3 Situação concreta***

Para compreensão do lugar de fala das lideranças da Comforça de Venda Nova na construção do sentido comunitário, é importante também analisar a situação concreta em que a comunicação se realiza. Nesse sentido, é importante analisar as condições físicas da interação discursiva, ou seja, como desenho deste espaço de participação, revestido de institucionalidade, conforma as interlocuções (PIMENTA, 2015) de acordo com os objetivos da elite socioeconômica da “cidade letrada” (RAMA, 1984) de perpetuar seu poder nas disputas hegemônicas travadas nas interações discursivas.

Como foi apresentado anteriormente, o ambiente do fórum mensal da Comforça de Venda Nova é semelhante a uma sala de aula tradicional – o que dá a ver certa verticalidade na relação. Afinal, a Prefeitura e os técnicos da empresa executora estão à frente e as lideranças são posicionadas para prestar atenção, numa relação que não privilegia o diálogo das lideranças entre si e nem com o poder público, mas que visa manter uma ordem (conforme mostrado na figura 1). Tal desenho coloca o Estado no lugar de fala de detentor do poder e as lideranças como meros subordinados ao que o governo está disposto a conceder. Corrobora com a tentativa de manter essa assimetria de poder o fato de que as pautas e condução da reunião são feitas pela Prefeitura. Além disso, a maior parte do tempo é utilizada por seus agentes, enquanto a interlocução das lideranças deve ser limitada aos três minutos disponibilizados para cada uma no final da reunião, quando muitos participantes já estão impacientes para ir embora.

Conforme o *script* da Prefeitura, a primeira impressão de quem observa o decorrer do fórum é de que há cumplicidade, pois, as lideranças, de um modo geral, respeitam o formato da reunião e momento de fala do poder público. Além disso, a apresentação formal da situação dos empreendimentos por meio de projeção, o acompanhamento pelo relatório impresso e a assinatura da lista de presença são protocolos cumpridos sem dificuldade. Interessante notar que essas formalidades da Prefeitura passam pelo registro escrito, conforme herança colonial criticada por Rama (1984). Ao encontro da dinâmica da cumplicidade, estão ainda as demonstrações de afeto de algumas lideranças com os representantes do poder público municipal, os cumprimentos amistosos e até certa bajulação dos funcionários, a ponto de relevar as responsabilidades deles durante a exposição para não desagradá-los.

Contudo, embora o desenho institucional seja arquitetado para minimizar os conflitos e perpetuar o poder da Prefeitura, há também resistência por parte da comissão. Observa-se que durante a apresentação as lideranças criam formas de conversar paralelamente entre si, reclamam do pouco tempo destinado para a fala, questionam as soluções dadas pelo poder público e, inclusive, retrucam as justificativas que são dadas recorrendo a termos populares de duplo sentido, tudo isso numa atitude de resistência. Além disso, também se apropriam da linguagem e conhecimento técnicos utilizados pela Prefeitura na negociação para obter resultados efetivos do OP em suas comunidades.

Outra questão importante para compreensão do lugar de fala das lideranças da Comforça de Venda Nova é a situação concreta atual do Orçamento Participativo na Regional. De acordo com dados do portal da Prefeitura de BH, dos 178 empreendimentos aprovados desde o início do OP na Regional, 140 foram concluídos (GESTÃO COMPARTILHADA, 2015). No entanto, o que não se mostra claramente é que das 38 obras classificadas como “em andamento”, há empreendimentos desde a rodada de 2005/2006 até a última de 2013/2014. Para as lideranças e comunidades representadas, isso significa que há ações que estão sendo acompanhadas nos últimos 10 anos sem sequer uma previsão de quando os projetos sairão do papel.

Diante desse quadro, não é de se estranhar que o discurso legitimador das lideranças expresse descontentamento com a morosidade para implantação das obras aprovadas e com a inexistência de um prazo fixado para o poder público cumprir sua obrigação com as comunidades da Regional, como na fala seguinte:

[...] Queria saber quantos Comforça tem aqui do início? Quantos? [...] Quando você planta uma árvore, você tem que esperar o fruto dela. [...] Então, gente, nós plantamos a árvore. Ela deu fruto. Nós lutamos aqui com todos prefeito que passô. Então, hoje, nós vão dá a mão pelo nosso movimento que nós tem hoje. Nós tamo aí abandonado. [...] Nós vem aqui uma meia dúzia e fica com medo de falar, ninguém fala. [...] Cê tem que falar, gente! Vamo abrir a boca! Porque você é sofredor, nós somos sofredor. Nós tamo aqui. Quantos que largou serviço e tá aqui? [...] Então, meus irmão, vamo lutá pelo que nós já ganhô. Muitas coisas tá pra trás. Mas amanhã Jesus pode dar isso na nossa vida. Né? Eu tenho lá em casa do início ao fim. Se vocês quiser perder um dia pra ver o que que tem lá do início ao fim de trabalho aqui, eu mostro. É a minha luta. A nossa luta, porque não é só minha. É de toda a associação. (Representante do Território de Gestão Compartilhada VN1).

A fala com forte apelo ao interesse coletivo e uma linguagem popular marcada pelo sotaque mineiro, por referências à religião e ao sofrimento, chama atenção para o lugar de fala resistente que configura a situação concreta do interlocutor. Também há tentativa de mobilização dos pares da Comforça para não desistirem de lutar pelas suas comunidades, mesmo que a situação atual do programa demonstre pouca efetividade. Apesar de a recente transferência da sede administrativa da capital mineira para o Vetor Norte ter trazido alguns avanços e maior prestígio para Venda Nova, a região ainda se constitui como periferia belorizontina, carente de infraestrutura e investimentos municipais. Esse histórico reforçado pelo quadro atual do OP em BH é importante para compreender como se chegou a essa tradição engajamento político dos moradores vendanovenses. Tal contexto conforma o lugar de fala das lideranças no fórum mensal da Comforça como excluídos das benesses que a Prefeitura, atuando na lógica da “cidade letrada”, reserva para as Regionais que abrigam a classe dominante.

## **8 Considerações finais**

O artigo parte da premissa do recurso ao sentido comunitário nas falas das lideranças da Comforça de Venda Nova na tentativa de obter legitimidade discursiva perante o poder público no fórum analisado. O intuito é verificar em que medida é possível articular as particularidades do sentido produzido nesta comunicação pública que se propõe como uma forma de participação cidadã com a dinâmica de resistência e cumplicidade característica das culturas populares latino-americanas (MARTÍN-BARBERO, 1989).

A análise do lugar de fala dos membros da Comforça de Venda Nova permitiu elencar algumas tensões que o engajamento popular na política encontra ao interagir com o poder público que talvez digam de um contexto maior da realidade da América Latina. As marcas de resistência e cumplicidade são evidenciadas na construção do sentido

comunitário feito no embate entre o lugar de fala institucional do poder público e o lugar de fala representativo das lideranças. Resistência e cumplicidade se mostram na relação ambígua que a interação discursiva promove entre classes que habitam a periferia da cidade com e a administração municipal. O discurso da Prefeitura de BH declara uma abertura à participação popular para priorizar áreas historicamente excluídas e as lideranças aparentemente apresentam cumplicidade pela adesão ao fórum. Mas o discurso legitimador – marcado pelo apelo ao interesse coletivo, a tentativa de mobilização social e a identificação pela linguagem popular – revela contradições na promessa do poder público. Afinal, se o espaço dito de participação popular fosse efetivo, não seria necessário um esforço tão grande das lideranças para demonstrar à Prefeitura de BH a urgência em implantar as obras obtidas pelo programa e nem de convencer os colegas a não desistirem da luta pelos interesses coletivos da Regional

Para se conseguir avanços efetivos no Orçamento Participativo, a análise revela a predominância de resistência às falas da Prefeitura, até mesmo pelo próprio propósito do fórum – criado para que os cidadãos exerçam controle social sobre a atuação do poder público. Vale destacar aqui como as resistências identificadas também ocorrem por meio de alternativas originais frente à assimetria de poder evidente em relação ao poder público. Além de retrucar e questionar a Prefeitura, as lideranças lançam mão de recursos linguísticos próprios das culturas populares para afirmar oposição como humor, ironia, parábolas religiosas e outras figuras de linguagem. Já a cumplicidade pode ser observada na busca pacífica pelos interesses coletivos já conquistados nas rodadas anteriores do OP, pelo fato de as lideranças respeitarem, de um modo geral, o formato da reunião, por expressarem um tom amistoso em relação aos funcionários da Prefeitura.

Assim, frente ao lugar de fala detentor de poder do Estado, o lugar de fala das lideranças se apresenta como dependente dos favores da Prefeitura, subordinado, excluído das políticas públicas que lhes são garantidas por direito, reproduzindo ainda hoje o mecanismo de perpetuação do poder denunciado por Rama (1984). O sentido comunitário construído identifica um grupo que compartilha problemas reais, lutas e objetivos comuns provenientes da experiência de subalternidade que une os membros da Comforça de Venda Nova. Acredita-se que essas incoerências identificadas na interação entre cidadãos e poder público dizem dos desafios que a comunicação para a cidadania encontra num contexto histórico e social mais amplo compartilhado pelas culturas populares da América Latina.

## **REFERÊNCIAS**



AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 561-598.

BLANCO, Oscar. **Cultura popular y cultura de masas: conceptos, recorridos y polémicas**, Ediciones Paidós Iberica, 2000.

BRAGA, José Luiz. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. **ENCONTRO DA COMPÓS**, v. 5, 2000.

GESTÃO COMPARTILHADA. **Painéis Informativos**. Belo Horizonte, 18 jun. 2015. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/painel>>. Acesso em 19 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Participação Cidadã**. Belo Horizonte, 15 dezembro. 2014. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/participacao-cidada>>. Acesso em 19 jun. 2015.

HENRIQUES, M. S. O sentido comunitário nas relações públicas e a dinâmica da mobilização social. In: LIMA, F.; OLIVEIRA, I. L. O. (Orgs). **Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional**. Rio de Janeiro: Difusão Editora, 2012, p. 137-142.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação Política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 43-65, 2006.

MAIA, Rousiley CM. Non-electoral political representation: Expanding discursive domains. **Representation**, v. 48, n. 4, p. 429-443, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. De lo popular folklorizado al espesor masivo e lo urbano. In: **Procesos de comunicación y matrices de cultura: itinerario para salir de la razón dualista**. México, 1989, p. 81-149.

PIMENTA, L. N. **Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada**: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RAMA, Ángel. **La Ciudad Letrada**. Ediciones del Norte, 1984.

SAWARD, M. The representative claim. **Contemporary political theory**, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Orgs). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 210-238.